

## AS PRIVATIZAÇÕES NO BRASIL NO INÍCIO DA DÉCADA DE 1990 POR MEIO DA ANÁLISE DE CHARGES NA IMPRENSA SINDICAL

Rozinaldo Antonio Miani<sup>1</sup>  
Andressa Cirilo Dias Gongora<sup>2</sup>

### RESUMO

Este artigo apresenta uma análise da produção chárstica a respeito dos processos de privatização ocorridos no Brasil, durante a primeira metade da década de 1990, que favoreceram o ingresso do país na lógica da mundialização do capital e, conseqüentemente, a consolidação do modelo neoliberal. A privatização, em conjunto com a abertura comercial e a desregulamentação financeira e do mercado de trabalho, é um dos tripés que sustenta o neoliberalismo e representa a desnacionalização de empresas estatais, a concentração de renda, a constituição de monopólios, além de reduzir os postos de trabalho e aumentar as tarifas de serviços. Durante os governos de Fernando Collor de Mello (1990-1992) e Itamar Franco (1992-1994), dezenas de empresas nacionais foram privatizadas, dentre elas a siderúrgica Usiminas, que inaugurou o Programa Nacional de Desestatização, em outubro de 1991. O impacto e as conseqüências das privatizações no Brasil durante o referido período, em especial da Usiminas, serão estudados no presente artigo por meio da análise de charges produzidas no contexto da imprensa sindical, com o objetivo de refletir o posicionamento crítico do movimento sindical frente ao processo de desnacionalização das empresas públicas, em particular, e ao neoliberalismo, de modo geral.

**Palavras-chave:** Charge. Privatização. Imprensa sindical.

### ABSTRACT

This article presents an analysis of the production chárstica about the privatization process occurred in Brazil during the first half of the 1990s, which favored the country's admission into the logic of globalization of capital and, consequently, the consolidation of the neoliberal model. Privatization, together with trade liberalization and financial deregulation and labor market, is one of the tripods holding neoliberalism and represents the denationalization of state enterprises, income concentration, the formation of monopolies and reduce the gas work and increase service rates. During the government of Fernando Collor de Mello (1990-1992) and Itamar Franco (1992-1994), dozens of domestic enterprises were privatized, among them steel Usiminas, who inaugurated the National Privatization Program in October 1991. The impact and consequences of privatization in Brazil during this period, especially Usiminas, will be studied in this paper through the analysis of cartoons produced in the context of the labor press, in order to reflect the critical position of the trade union movement against process of denationalization of public companies, in particular, and neoliberalism in general.

**Keywords:** Charge. Privatization. Labor press.

---

<sup>1</sup> Bacharel em Comunicação Social - habilitação em Jornalismo. Bacharel em História. Mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (ECA/USP). Doutor em História pela Unesp/CampusAssis. Pós-doutor pela Universidade de São Paulo (ECA/USP). Professor do Departamento e do Programa de Mestrado em Comunicação Visual da Universidade Estadual de Londrina. Coordenador do Curso de Especialização em Comunicação Popular e Comunitária. Coordenador do Núcleo de Pesquisa em Comunicação Popular (CNPq). E-mail: mianirozinaldo@gmail.com

<sup>2</sup> Graduanda em Relações Públicas na Universidade Estadual de Londrina. Bolsista de iniciação científica pelo CNPq. E-mail: de\_gongora@hotmail.com

## **1. Introdução**

A implantação do neoliberalismo no Brasil é coetânea à posse de Fernando Collor de Mello como presidente do Brasil em 1990 - após a vitória nas eleições presidenciais de 1989 - e se intensificou à medida que o governo Collor colocava em prática a sua agenda programática.

Logo nos primeiros dias de governo, mais especificamente em 16 de março de 1990, Collor apresentou seu cartão de visitas com a decretação de um plano econômico que estabelecia um conjunto de reformas na economia brasileira. O Plano Collor combinava medidas para estabilização da inflação com políticas de liberação fiscal e financeira. Dentre as principais consequências do plano destacamos o confisco da poupança, o congelamento de preços e salários, a mudança de moeda (de cruzado novo para cruzeiro), a criação do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), o aumento de preços de tarifas públicas (gás, energia elétrica, serviços postais), a eliminação de incentivos fiscais, o enxugamento da máquina administrativa com a demissão de funcionários públicos, a liberação do câmbio e a abertura comercial.

Além de medidas destinadas a garantir a estabilização da inflação, foram apresentados outros programas de reforma, em especial, a Política Industrial de Comércio Exterior (PICE) e o Programa Nacional de Desestatização (PND), este último com o objetivo de impulsionar a privatização em vários setores da economia nacional. Todos esses programas e medidas favoreceram o ingresso do país na lógica da mundialização do capital e, conseqüentemente, a consolidação do modelo neoliberal no Brasil.

Nesse sentido, este artigo tem como objetivo analisar as características, o impacto e as consequências da privatização no Brasil no início da década de 1990 por meio de charges produzidas no contexto da imprensa sindical. Para tanto, serão discutidos neste texto a relação entre a privatização e o projeto neoliberal, as características do programa de privatização desenvolvido pelo governo brasileiro na primeira metade da década de 1990, para, posteriormente, apresentar e analisar algumas charges retratando as privatizações no Brasil.

## **2. As privatizações e o projeto neoliberal**

Como um dos principais pilares e estratégias da ideologia neoliberal, a prática das privatizações esteve presente durante toda a década de 1990 no Brasil. O processo de privatização, grosso modo, se prestou ao propósito de transferir o controle das empresas

estatais, e de suas atividades, para o capital privado (desestatização) e de desregulamentar os monopólios estatais até então vigentes; tal processo resultou num enfraquecimento do Estado e, de quebra, contribuiu para impulsionar a desnacionalização do Brasil.

Para justificar a privatização, um dos argumentos utilizados pelos ideólogos neoliberais, que ocupavam os espaços de governo, era de que, com isso, a dívida pública seria reduzida. Esse argumento se mostrou falacioso. Aloysio Biondi comenta essa questão:

A venda das estatais, segundo o governo, serviria para atrair dólares, reduzindo a dívida do Brasil com o resto do mundo [...]. E o dinheiro arrecadado com a venda serviria ainda, segundo o governo, para reduzir também a dívida interna, isto é, aqui dentro do país, do governo federal e dos estados. Aconteceu o contrário: as vendas foram ‘um negócio da China’ e o governo ‘engoliu’ dívidas de todos os tipos das estatais vendidas; isto é, a privatização acabou por aumentar a dívida interna. Ao mesmo tempo, as empresas multinacionais ou brasileiras que ‘compraram’ as estatais não usaram capital próprio, dinheiro delas mesmas, mas, em vez disso, tomaram empréstimos lá fora para fechar negócios. Assim, aumentaram a dívida externa do Brasil (BIONDI, 1999, p.6).

Na grande maioria das privatizações de empresas estatais, realizadas através de leilões, os “compradores” utilizaram “moedas podres” para efetuarem a compra; dito de outro modo, para efetivar o “negócio” (da China) o governo aceitou receber como parte do pagamento títulos de dívidas antigas realizadas pelo próprio governo. Isso significa que não houve entrada de dinheiro nos cofres do governo! E tem mais, muitas das “vendas” (leia-se entrega) de empresas estatais para o capital privado foram feitas “à prestação”, pagas com taxas de juros abaixo das praticadas pela economia brasileira, provocando novos “rombos” no Tesouro Nacional.

Por tudo isso, a conclusão a que se chega diante de tal cenário é de que as privatizações não contribuíram efetivamente para reduzir as dívidas do país, ao contrário, ampliou ainda mais o “rombo” nas contas públicas. Ao invés de contribuir para acelerar o dinamismo da economia, serviu tão somente para favorecer, ainda mais, a concentração de rendas e a injustiça social.

A política de privatização levada a cabo pelo governo brasileiro, principalmente a partir do governo Collor, contou com um parceiro fundamental em sua empreitada, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Segundo Aloysio Biondi, a participação do BNDES no processo de privatização na década de 1990 no Brasil foi marcada, principalmente, por práticas de favorecimento ao capital privado em detrimento dos interesses

públicos e estatais. A esse respeito, Biondi nos apresenta uma boa síntese das características do processo de privatizações no Brasil.

Em resumo, o governo está vendendo empresas a prestação, fornecendo ‘metade’ da ‘entrada’ nos leilões, financiando até a ‘compra’ de ‘moedas podres’... Mas não se contenta com isso. Os felizes ‘compradores’ das estatais brasileiras têm ainda novos presentes à sua espera; o BNDES lhes oferece empréstimos bilionários, depois que eles tomam posse das empresas para executarem - com dinheiro do banco estatal, logo nosso - os ‘investimentos’ que se comprometeram a fazer (BIONDI, 1999, p.12).

Enfim, o processo de privatização no Brasil foi marcado por uma dinâmica de submissão, de entreguismo, de conluio, de favorecimento e de desnacionalização e não poderia ser analisado de outra forma, a não ser no sentido de compreendê-lo como parte da lógica do projeto neoliberal com vistas à integração do Brasil ao movimento da mundialização do capital.

## **2.1. As privatizações na primeira metade da década de 1990**

Para dar impulso à estratégia das privatizações como parte do projeto neoliberal, uma das primeiras medidas tomadas pelo governo Collor, quando de sua posse, foi aprovar a Lei nº 8.031, em 12 de abril de 1990, instituindo o Programa Nacional de Desestatização (PND) que passou a compor o plano de reformas econômicas iniciado pelo referido governo.

Na verdade, não se tratava de um programa inédito, pois um primeiro programa nacional de desestatização já havia sido implantado em 1981, durante o governo do general João Batista Figueiredo, e teve continuidade durante o governo de José Sarney. Porém, suas características foram bastante diferentes daquelas que marcaram o programa antecessor, principalmente porque aquele objetivava “reprivatizar” empresas que haviam sido absorvidas pelo Estado; além disso, a rapidez e a agilidade com que os processos foram realizados, bem como a clara vinculação com os interesses programáticos do neoliberalismo e da mundialização do capital, conformaram o PND da década de 1990.

Durante o governo Collor, o principal objetivo com o famigerado programa de privatizações era reformar o Estado, tirando-o das funções econômicas e das atividades produtivas e fazendo-o voltar-se “exclusivamente” às atividades de natureza social. Por ter se configurado num governo tumultuado politicamente e pelas dificuldades que encontrou em estabelecer um diálogo produtivo com os vários setores da sociedade, principalmente pelo

perfil personalista e autoritário de seu presidente, o governo Collor pouco avançou (se avaliado em comparação às expectativas nutridas pelo próprio governo) na implantação de seu programa de privatizações.

Porém, apesar das dificuldades iniciais, o programa de privatizações iniciado por Fernando Collor de Mello não chegou a ser interrompido nem mesmo com o seu *impeachment*. Itamar Franco seguiu à risca as determinações do capitalismo mundial e deu prosseguimento, com muita eficiência diga-se de passagem, às privatizações no Brasil, tanto que, no período em que esteve à frente do governo, Itamar concretizou a venda de indústrias estratégicas de setores produtivos, especialmente siderúrgico, petroquímico e de fertilizantes, que representaram quase 80% das privatizações da época (MASIERO, 1997; MODIANO, 2000)

Entre 1990 e 1994, considerando o período compreendido pelos governos de Fernando Collor e Itamar Franco, foram privatizadas 33 empresas, sendo que 18 delas eram empresas controladas pelo governo e em outras 15 o governo tinha participação minoritária na gestão acionária. Um aspecto relevante em relação às privatizações ocorridas no referido período foi a pequena participação do investidor estrangeiro. O valor arrecadado com as privatizações foi de aproximadamente US\$ 8,6 bilhões. Armando Pinheiro apresenta uma boa síntese dessa realidade:

Ao todo, foram privatizadas 33 empresas durante os governos Collor e Franco (1990-1994), com receitas totais de US\$ 8,6 bilhões e a transferência para o setor privado de US\$ 3,3 bilhões em dívidas. A quase totalidade dessas empresas estava na indústria de transformação, com as receitas concentradas nos setores siderúrgico, petroquímico e de fertilizantes. As empresas selecionadas para venda nessa fase da privatização tinham em comum o fato de pertencerem a setores relativamente competitivos ou para os quais o processo de liberalização comercial iria criar um ambiente de competição. Incluíam-se nesse perfil as pequenas empresas absorvidas pelo Estado; as subsidiárias estabelecidas após a reforma de 1967, com a verticalização e a diversificação das grandes empresas estatais; e as empresas siderúrgicas, nas quais a presença do Estado não era mais essencial. A privatização dos monopólios estatais não chegou a ser considerada (PINHEIRO, 1999, p.164).

Em coerência com o projeto de ajuste fiscal implementado pelo governo Collor, e seguido pelo governo Itamar, a principal forma de pagamento nos processos de privatização, no âmbito do Programa Nacional de Desestatização durante o período 1990/1994, foi o uso de “moedas podres”, que representou mais de 80% da “receita” obtida com as “vendas” das estatais; neste sentido, o caso da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) foi exemplar. Para

Aloysio Biondi, a CSN, que começou suas operações em 1946 na cidade de Volta Redonda no estado do Rio de Janeiro (RJ) e que foi privatizada em 1993, foi um dos casos mais escandalosos no que se referiu ao pagamento de uma estatal com “moedas podres”; do valor de R\$ 1,05 bilhão apurado no leilão, R\$ 1,01 bilhão (equivalente a mais de 96% do total) foi liquidado através de títulos do próprio governo (transferência de dívidas), enquanto apenas R\$ 38 milhões foram pagos em dinheiro!

Enfim, mesmo tendo apresentado eventualmente algumas imprecisões na análise quanto à natureza e aos verdadeiros impactos da privatização no contexto da sociedade brasileira durante a década de 1990, o reconhecimento de que o movimento sindical se pautou permanentemente contra as mazelas da privatização foi nítido. A bandeira de luta contra as privatizações esteve presente na grande maioria dos debates dos sindicatos (ainda) combativos da época.

### **3. O retrato das privatizações por meio da charge na imprensa sindical**

A imprensa sindical sempre esteve atenta aos movimentos de privatização no Brasil. Em outubro de 1991, com o início da aplicação do Programa Nacional de Desestatização pelo governo Collor, a Usiminas foi a primeira empresa a ser leiloada e a imprensa sindical pautou essa questão junto aos trabalhadores.

A escolha da Usiminas, localizada na cidade de Ipatinga/MG, para ser a primeira empresa a ser privatizada pelo PND se justificava por dois motivos. O primeiro, porque isso daria credibilidade ao programa, afinal, se tratava de uma empresa de grande porte, lucrativa e extremamente eficiente; a Usiminas, à época, estava entre as dez siderúrgicas mais produtivas do mundo. E, em segundo lugar, havia uma disposição em testar uma nova forma de leilão, revendo o modelo de venda em bloco único, como se fazia até então. Nesse sentido, a Usiminas reunia importantes condições para que se pudesse obter sucesso com a empreitada, pois, com a extinção da Siderbrás, não havia uma grande corporação de sustentação, que poderia dificultar as “negociações”, e também porque se tratava de uma empresa sem a necessidade de reestruturação financeira prévia.

Uma análise bastante consistente a respeito da nova forma de leilão impulsionado pelo PND a partir da privatização da Usiminas, modelo que se repetiu em quase todas as privatizações realizadas na primeira metade da década de 1990, foi apresentada por Licínio Velasco Jr.:

De fato, a formatação da estrutura do capital votante da Usiminas após a sua venda se revelou completamente diferente dos padrões até então vigentes no Brasil. Investidores com interesses, em princípio, divergentes terminaram por se envolver em uma inédita formatação de propriedade compartilhada. Bancos, empresas privadas de setores diversos, funcionários e fundações previdenciárias das empresas vendidas, fundações de empresas estatais e privadas e empresas estatais passaram a perceber que a convivência em uma empresa profissionalizada, a exemplo de algumas grandes corporações norte-americanas, não era impossível. Nem sequer era imprescindível a figura do investidor estratégico especialista no negócio, verificando-se uma dissociação entre a propriedade e a administração do negócio. [...] No fundamental, esse modelo admitia a coexistência de investidores com diferentes perspectivas que passavam a ver as privatizações como uma oportunidade de negócio compatível com as suas possibilidades de mobilização de recursos, independentemente do valor da privatização. Estava ampliado, assim, o número de vencedores, permitindo a coalizão de apoio necessária à implementação do PND. O êxito desse modelo comprovou-se com a sua repetição em praticamente todos os casos seguintes que envolviam, a exemplo da Usiminas, a venda de participações acionárias de valor expressivo. Pode-se concluir que, no governo Collor, as privatizações não foram implementadas só com base na vontade política do Poder Executivo. Uma coalizão de sustentação baseada no mundo dos negócios foi criada, compensando a ausência de um apoio mais amplo das classes políticas e das elites em geral (VELASCO JR. 1997, p.199-200).

Diante disso, a primeira charge a ser analisada refere-se à privatização da Usiminas. Na verdade, tratava-se de uma imagem que pretendia representar de maneira ampla o que significava aquele processo específico, mas também o programa de privatizações do governo Collor em geral.

FIGURA 1



Fonte: *Jornal da CUT São Paulo* - outubro/1991 - capa

Por meio da imagem de uma banana descascada acompanhando o título “Quanto vale a Usiminas?”, o *Jornal da CUT São Paulo*, em sua edição nº 27 de outubro de 1991, expressou sua compreensão do que representava aquele processo. Diante do histórico das privatizações no Brasil em tempos anteriores, já se podia prever que mesmo uma empresa (lucrativa e eficiente) como a Usiminas seria “vendida” a preço de banana; afinal, o que se pretendia não era, de fato, capitalizar o Estado para viabilizar suas ações em outras áreas, mas desnacionalizar o Estado como consequência da implantação do projeto neoliberal no Brasil. Essa previsão se tornou realidade e o que se viu foi uma entrega deliberada do patrimônio público por valores muito abaixo do que a empresa valia.

Um ano após a privatização da Usiminas, o PND já havia incluído outras importantes empresas para realizar leilões de privatização, a maioria delas do setor de siderurgia. Dentre as empresas indicadas estava a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) localizada na cidade de Volta Redonda/RJ.

Na *Tribuna da Saúde*, publicação específica do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, em sua edição de setembro de 1992, o assunto principal foi a realização da IX Conferência Nacional de Saúde. Dentre as questões discutidas na conferência e abordadas na matéria, estava o desvio ocorrido na implantação do Sistema Único de Saúde



(SUS) e as tentativas do governo Collor de aproveitar o caos no setor para fazer valer sua proposta de privatização da saúde. Porém, esse foi apenas o pretexto para a charge de Pecê, que explorou o episódio da privatização da CSN para oferecer mais um elemento de reflexão para o trabalhador.

FIGURA 2



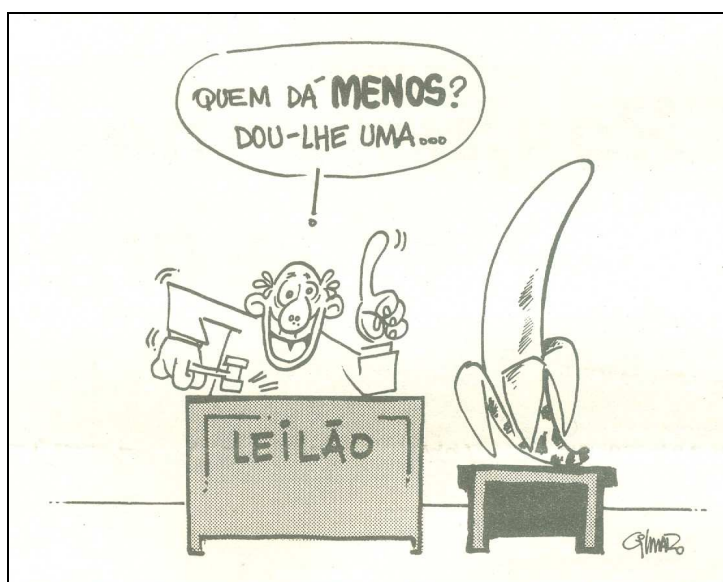
Fonte: *Tribuna da Saúde* - setembro/1992 - p.2

A ilustração procurou retratar de maneira direta e humorística o tratamento que o governo Collor vinha dispensando às empresas estatais quando da instalação efetiva do processo de privatização. Simulando uma situação de leilão, o leiloeiro Collor oferecia um complexo siderúrgico (em clara referência à CSN que à época estava na ordem do dia para a privatização) anunciando aos supostos compradores que “é pra acabar!”. Essa expressão é muito comum em lojas de liquidação, com o objetivo de vender rápido e barato os seus últimos produtos; a privatização da CSN representaria a saída definitiva do governo na área de siderurgia e Collor pretendia, de fato, vendê-la a qualquer preço. As falas dos patrões/compradores: “tem troco?” (mostrando uma moeda); “serve ficha telefônica?” e “vale refeição?” foi uma clara ironia do chargista à bagatela que estava sendo oferecida pelos grupos privados para a compra da empresa.

Na matéria não houve sequer uma única referência à privatização da CSN, mas ficou clara a intenção do chargista em aproveitar a discussão em torno de uma suposta tentativa de privatizar o sistema de saúde para ampliar o debate junto à categoria sobre o engodo das privatizações, contribuindo para uma maior politização dos trabalhadores em relação aos reais interesses do governo Collor, associando uma questão específica dentro de uma conjuntura

econômica e política mais ampla. O papel de dissertar sobre um determinado tema, ampliando a compreensão de suas interconexões e estabelecendo uma crítica contundente às práticas sociais dos setores dominantes da sociedade, visando contribuir na formação política do trabalhador, ficou muito bem caracterizado nessa charge.

FIGURA 3



Fonte: *Sindiquim* - Especial abril/1993 - p.2

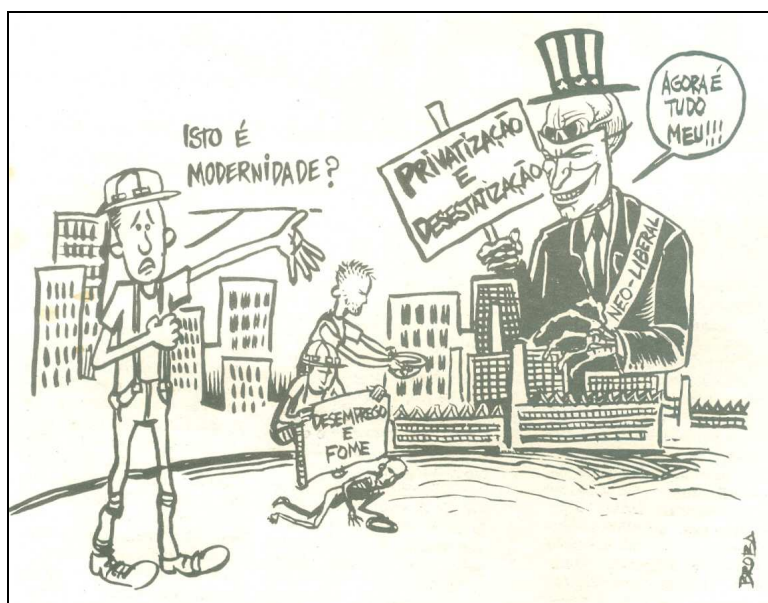
Retomando a imagem de uma banana descascada, reforçando a crítica de que os valores “pagos” pelos consórcios nos processos de privatização das empresas estatais não correspondiam ao real valor das empresas, o chargista Gilmar produziu uma charge para acompanhar a matéria “Pelo fim das privatizações fraudulentas”, publicada pelo jornal *Sindiquim* do Sindicato dos Químicos do ABC em uma edição especial de abril de 1993.

A matéria analisava a forma como vinha sendo encaminhado o processo de privatização no Brasil, considerado como “vergonhoso” pelo movimento sindical. À época, a empresa em questão era a Poliolefinas, empresa do ramo petroquímico localizada em São Paulo/SP, que havia sido comprada pela Odebrecht e que, segundo análise apresentada, tratava-se de mais um “jogo de cartas marcadas”.

A imagem apresenta um leiloeiro muito animado conclamando os supostos interessados a oferecerem outros lances. A questão é que a chamada é para que se pronuncie “quem dá menos” pela empresa. A banana em exposição é a representação da empresa a ser leiloada que seria arrematada por quem oferecesse menos, caracterizando que os processos de privatização no Brasil são marcados pela venda das empresas a preço de banana.

Uma última imagem a ser analisada foi publicada no *Jornal do Diap* em sua edição nº 88 de fevereiro-março de 1994. Trata-se de uma imagem produzida pelo chargista Broba que apresenta uma síntese a respeito do que representou a implantação do neoliberalismo no Brasil, com destaque especial para as privatizações.

FIGURA 4



Fonte: *Jornal do Diap* - fevereiro-março/1994 - p.2

A imagem faz referência ao discurso de modernidade anunciado por Fernando Collor de Mello quando assumiu a Presidência em 1990. Collor afirmava que sua proposta era conduzir o Brasil à modernidade e, nesse sentido, a interrogação “isso é modernidade?” feita pelo trabalhador teve a clara intenção de mostrar o que, de fato, representou, para a classe trabalhadora, a tal modernidade.

Desemprego e fome foram apresentados como consequências das políticas de modernização dos governos neoliberais no início da década de 1990; porém, o maior destaque dado pela imagem foi para as privatizações e desestatização. A imagem que representa o capitalismo internacional, a reparar na cartola em referência à bandeira dos Estados Unidos, afirmando “agora é tudo meu!!!”, dá a exata dimensão do que a modernidade apregoada pelos governos neoliberais representou: expropriação da riqueza nacional pelo capitalismo internacional e exploração dos trabalhadores, conduzindo o Brasil a uma condição subordinada na lógica da mundialização do capital e levando o povo às piores condições de precariedade e desumanização.

A política de privatização só se intensificou no decorrer da década de 1990, principalmente com a vitória eleitoral de Fernando Henrique Cardoso, mas essa é uma questão que será tratada em outro momento de nossos trabalhos de pesquisa.

#### **4. Considerações finais**

A primeira metade da década de 1990 foi marcada pela implantação do neoliberalismo no Brasil. Dentre as principais características do projeto neoliberal, as privatizações ocupam centralidade, por se tratar de uma condição fundamental para a desestatização e, com isso, a diminuição da interferência do Estado na economia.

O movimento sindical, ou pelo menos a fração do sindicalismo que efetivamente defende os interesses da classe trabalhadora, sempre se pautou pela crítica às privatizações por compreender que a concentração dos setores produtivos nas mãos dos empresários capitalistas é uma das condições para a imposição ainda maior da exploração aos trabalhadores.

Nesse sentido, quando pautado pela imprensa sindical, o tema das privatizações aparecia invariavelmente marcado pela crítica e por denúncias das maracutaias e das arbitrariedades que envolviam os processos de venda das empresas estatais aos capitalistas nacionais e internacionais por parte dos governos neoliberais.

Procuramos apresentar neste artigo, algumas charges publicadas no contexto da imprensa sindical que revelaram as posições do movimento sindical a respeito da questão e as implicações de tal processo na realidade concreta dos trabalhadores. Os limites deste artigo não permitiram a análise de um número maior de imagens, porém com a amostra que aqui apresentamos já é possível perceber que a privatização efetivamente não trouxe nenhum benefício para os trabalhadores nem mesmo para o Brasil.

#### **Referências**

ALMEIDA, Monica Piccolo. **Reformas neoliberais no Brasil: a privatização nos governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso**. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

BIONDI, Aloysio. **O Brasil privatizado: um balanço do desmonte do Estado**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

CARNEIRO, Francisco Galvão; ROCHA, Carlos Henrique. Reforma do setor público na América Latina: uma perspectiva comparada. In: PINHEIRO, Armando Castelar; FUKASUKU, Kiichiro. **A privatização no Brasil: o caso dos serviços de utilidade pública**. Rio de Janeiro: BNDES, 2000.

MODIANO, Eduardo. Um balanço da privatização nos anos 90. In: PINHEIRO, Armando Castelar; FUKASUKU, Kiichiro. **A privatização no Brasil: o caso dos serviços de utilidade pública**. Rio de Janeiro: BNDES, 2000.

MASIERO, Gilmar. **A privatização no Brasil de Collor a Cardoso**. Brasília: ESAF, 1997.

MIANI, Rozinaldo Antonio. **As transformações no mundo do trabalho na década de 1990: o olhar atento da charge na imprensa do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista**. Assis: Unesp, 2005. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2005.

PINHEIRO, Armando Castelar. **A economia brasileira nos anos 90: privatização no Brasil: por quê? até onde? até quando?**. Rio de Janeiro: BNDES, 1999.

\_\_\_\_\_. **A experiência brasileira de privatização: o que vem a seguir**. Rio de Janeiro: BNDES, 2000.

PINHEIRO, Armando Castelar; FUKASUKU, Kiichiro. **A privatização no Brasil: o caso dos serviços de utilidade pública**. Rio de Janeiro: BNDES, 2000.

RAMPINELLI, Waldir José, et.al. **A trama da privatização: a reestruturação neoliberal do Estado**. Florianópolis: Insular, 2001.

VELASCO JR, Licínio. **Privatizações: mitos e falsas percepções**, Rio de Janeiro: BNDES, 1997.

\_\_\_\_\_. **A economia política das políticas públicas: as privatizações e a reforma do Estado**. Rio de Janeiro: BNDES, 1997

\_\_\_\_\_. **A economia política das políticas públicas: fatores que favoreceram as privatizações no período 1985/94**. Rio de Janeiro: BNDES, 1997.